

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - UFPEL
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E DE TURISMO
FACULDADE DE AGRONOMIA ELISEU MACIEL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E SISTEMAS AGROINDUSTRIAIS**



Dissertação

**Participação em redes e dificuldades na comercialização dos
empreendimentos de economia solidária rurais no Brasil**

Fernanda da Silva Nolasco

Pelotas, 2019

FERNANDA DA SILVA NOLASCO

**Participação em redes e dificuldades na comercialização dos
empreendimentos de economia solidária rurais no Brasil**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel e Faculdade de Administração e Turismo da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais.

Orientador: Prof. Dr. Mario Duarte Canever

Pelotas, 2019

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

N786p Nolasco, Fernanda da Silva

Participação em redes e dificuldades na
comercialização dos empreendimentos de economia
solidária rurais no Brasil / Fernanda da Silva Nolasco ;
Mario Duarte Canever, orientador. — Pelotas, 2017.
73 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação
em Desenvolvimento territorial e sistemas agroindustriais,
Faculdade de Administração e Turismo, Universidade
Federal de Pelotas, 2017.

1. Economia solidária. 2. Comercialização. 3. Formação
de redes. I. Canever, Mario Duarte, orient. II. Título.

CDD : 334

Elaborada por Maria Inez Figueiredo Figs Machado CRB: 10/1612

Fernanda da Silva Nolasco

**Participação em redes e dificuldades na comercialização dos
empreendimentos de economia solidária rurais no Brasil**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais.

Data da defesa: 30 de agosto de 2019

Banca examinadora:

Prof. Dr. Mario Duarte Canever - UFPel (Orientador)
Doutor em Administração pela Universidade de Wageningen

Prof. Dr. Marcelo Fernandes Pacheco Dias - UFPel
Doutor em Agronegócios pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Sérgio Renato Ferreira Decker - UFPel
Doutor em Agronomia pela Universidade Federal de Pelotas

*Dedico este trabalho aos meus pais, mãe (in
memória), irmã e afilhadas.*

AGRADECIMENTOS

O limite nos leva à superação. Neste momento, o pensamento está no quanto precisamos superar, ter forças e acreditar que tudo vai dar certo. Ao final, chega o melhor momento em que agradecemos a todos os familiares, amigos, colegas, que de alguma forma foram auxiliando, se doando, compartilhando atenção, palavras positivas e, acima de tudo, serenidade.

Primeiro, agradeço a Deus, pois sem ele nada seria possível; ao meu médico Dr. Otelo Fabião Neto, aos meus familiares, pai, mana e sobrinhas/afilhadas, Antônia, Yasmin e Laurinha, os quais foram somando de alguma forma para vencer este momento. Em especial, Antônia, que acompanhou sua dinda durante as leituras e estudos intermináveis, que impossibilitavam brincadeiras ou a devida atenção.

Ao orientador Professor Mario Canever, pela atenção, paciência e dedicação para que fosse possível chegar ao final desta etapa, o que não foi tarefa fácil, mas ele soube conduzir da melhor forma.

Aos colaboradores e à Coordenação do PPGDTSA pela atenção e dedicação, em especial aos professores, que disseminaram o conhecimento com qualidade e atenção. Em especial ao Professor Marcelo Fernandes Pacheco Dias, ao Professor Alisson Eduardo Maehler e ao Professor Márcio Rodrigues, pela paciência e dedicação, e porque todos somaram e muito no período do Mestrado.

Aos colegas que tive a oportunidade de conhecer no PPGDTSA, por compartilhar experiências e vivências, em especial à Jaqueline, à Retiele, à Camila, à Stefanie, o Rosinei, Murilo e o Dario.

Ao amigo Gustavo Borges, que foi incansável e me acompanhou da melhor forma possível, envolvendo todos da sua família, esposa, filho e mãe, para compartilhar atenção.

Ao Luiz Fernando, à Geovana e ao Lucas Meirelles, que fizeram toda a diferença na minha vida, com suas experiências, dedicação e paciência.

Aos amigos da Co.place, que contribuíram da melhor forma para que fosse possível conciliar as atividades do Mestrado.

Às amigas Luciane Gomes e Juliana Fronner, por escutar e compartilhar atenção, sem falar das boas conversas e risadas.

Ao Professor Sérgio Decker, pela atenção e disponibilidade para conversar sobre as vivências e experiências nas atividades do Projeto Extensão

Agroindústrias/SEDAI, no qual passei algum tempo exercendo atividades como estagiária e, após, fui contratada como extensionista. Certamente foi uma base que somou bastante para este momento acadêmico.

Às amigas Ervanda e à Aline, pela atenção e carinho, mesmo que a distância nos afaste.

À Professora Luciane Bicca Dode, pela atenção e por emprestar livros que foram de suma importância na construção deste trabalho.

À amiga Adalice, que foi incansável em sua forma de motivar e permitir que este momento se realizasse.

Ao amigo Márcio, por compartilhar bons momentos de conversas descontraídas que ajudaram a concluir esta etapa.

Aos amigos e professores da Aquafit, Hercilio Runners, que foram ótimos em compartilhar boas energias e treinos, sem falar nos desafios das corridas. Foi assim que superei os limites, a depressão, e comecei a recuperar as forças para vencer esse desafio.

Gratidão a todos!!!

“Para termos uma sociedade em que predomine a igualdade entre todos os seus membros é preciso que a economia seja solidária em vez de competitiva”. (SINGER, 2002)

Resumo

NOLASCO, Fernanda da Silva. **Participação em redes e dificuldades na comercialização dos empreendimentos de economia solidária rurais no Brasil.** 2019. 57f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais, Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel e Faculdade de Administração e Turismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

Este trabalho tem por objetivo principal verificar se os empreendimentos de Economia Solidária que participam de rede possuem menos dificuldades na comercialização que aqueles que não participam de rede. Para realização deste trabalho, analisaram-se dados secundários obtidos no banco de dados do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), o qual continha um total de 19.708 empreendimentos, sendo 9.722 classificados como empreendimentos de Economia Solidária Rurais no Brasil. O banco de dados existente é composto por 171 questões, das quais foram analisadas 14 questões, uma vez que as demais não fazem parte do objetivo do trabalho. Os dados foram analisados através de estatística descritiva, análise de Qui-quadrado e Teste de diferença de média (Test-T). Constatou-se que o fato de os empreendimentos participarem ou não de rede mostra de forma significativa, que sim está associado ter mais dificuldades na comercialização. De acordo com os dados analisados neste estudo, a participação em rede representa 15,3%, isto ressalta que 84,7% apresentam mais dificuldades na comercialização. As principais dificuldades na comercialização foram: falta de capital de giro, custo elevado de transporte e precariedade das estradas para o escoamento da produção. Descobriu-se que a venda é prioritariamente para o consumidor final e que a maioria dos empreendimentos é formada predominantemente por adultos, tendo em média 17 pessoas envolvidas em cada empreendimento.

Palavras-chave: economia solidária; comercialização; formação de redes.

Abstract

NOLASCO, Fernanda da Silva. **Participation in networks and commercialization difficulties of rural solidarity economy enterprises in Brazil.** 2019. 57f.

Dissertation (Master in Territorial Development and Agroindustrial Systems), Postgraduate Program in Territorial Development and Agroindustrial Systems, Faculty of Agronomy Eliseu Maciel and Faculty of Administration and Tourism, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2019.

The main objective of this paper is to verify if the Solidarity Economy enterprises that participate in networks have fewer difficulties in marketing than those that do not participate in networks. For this work, we analyzed secondary data obtained from the database of the Solidarity Economy Information System (SIES), which contained 19,708 enterprises, of which 9,722 were classified as Rural Solidary Economy enterprises in Brazil. The existing database consists of 171 questions, of which 14 questions were analyzed, since the others are not part of this work's objective. The data were analyzed through descriptive statistics, chi-square analysis and mean difference test. It was found that the fact that the projects participate or not in the network shows significantly that yes is associated with more difficulties in marketing. The main difficulties in commercialization were lack of capital and turnover, high cost of transportation and precariousness of the roads for the production flow. It was found that the sale is primarily for the final consumer and that most of the projects are formed predominantly by adults, with an average of 17 people involved in each project.

Keywords: solidarity economy; commercialization; networking.

Lista de Figuras

| | | |
|----------|--|----|
| Quadro 1 | Área de atuação dos empreendimentos..... | 23 |
| Figura 1 | Rede Profissional do Projeto Cooperança/Esperança..... | 25 |
| Quadro 2 | Questões pesquisadas e objetivo de pesquisa..... | 30 |

Lista de Tabelas

| | | |
|-----------|---|----|
| Tabela 1 | Área de atuação dos empreendimentos..... | 33 |
| Tabela 2 | Situação de funcionamento do empreendimento..... | 34 |
| Tabela 3 | Ano de início do empreendimento..... | 34 |
| Tabela 4 | Perfil etário dos sócios..... | 35 |
| Tabela 5 | Número de pessoas que trabalham o empreendimento..... | 35 |
| Tabela 6 | Quantidade de homens e mulheres que participam na gestão dos EES..... | 35 |
| Tabela 7 | Principal atividade econômica realizada pelos EES Rurais no Brasil..... | 35 |
| Tabela 8 | Forma de organização..... | 36 |
| Tabela 9 | Participação do EES Rurais em alguma rede de produção, comercialização, consumo ou crédito..... | 36 |
| Tabela 10 | Média de Faturamento dos EES Rurais em 2013..... | 37 |
| Tabela 11 | Faturamento em Reais (2013) do EES e participação ou não em rede..... | 37 |
| Tabela 12 | Dificuldades encontradas na comercialização de produtos e/ou serviços por parte dos EES Rurais..... | 38 |
| Tabela 13 | Relação entre participação dos EES em redes de produção, comercialização, consumo ou crédito e dificuldades na comercialização..... | 38 |
| Tabela 14 | Tabela 14: Principais dificuldades encontradas na comercialização de produtos pelos EES Rurais..... | 39 |
| Tabela 15 | Presença da dificuldade (Sim ou Não) e Participação em Rede dos EES Rurais (Sim ou Não)..... | 40 |
| Tabela 16 | Destino da comercialização pelos EES Rurais e Participação em Rede..... | 41 |
| Tabela 17 | Número de homens e mulheres na Coordenação e/ou direção do EES e participação em redes..... | 41 |
| Tabela 18 | Número de mulheres e homens na gestão dos EES e dificuldades na comercialização de produtos e/ou serviços..... | 42 |
| Tabela 19 | Resultados da atividade econômica do empreendimento, sem cotar as doações de recursos..... | 42 |

Lista de Abreviaturas e Siglas

| | |
|--------|---|
| EAF | Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento |
| ECOSOL | Economia Solidária |
| EES | Empreendimentos de Economia Solidária |
| ES | Economia Solidária |
| SIES | Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária |
| PPES | Políticas Públicas de Economia Solidária |

Sumário

| | |
|---|-----------|
| 1 Introdução..... | 13 |
| 1.1 Problema de pesquisa | 15 |
| 1.2 Objetivos | 16 |
| 1.2.1 Objetivo geral | 16 |
| 1.2.2 Objetivos específicos..... | 16 |
| | |
| 2 Referencial teórico | 17 |
| 2.1 Economia solidária..... | 17 |
| 2.2 Participação dos EES em redes..... | 22 |
| 2.3 Dificuldades encontradas na comercialização dos produtos | 26 |
| | |
| 3 Método..... | 29 |
| | |
| 4 Resultados | 33 |
| 4.1 Identificação a abrangência | 33 |
| 4.2 Características predominantes dos (as) sócios (as)..... | 34 |
| 4.3 Características gerais dos empreendimentos | 36 |
| 4.4 Tipificação e dimensionamento da atividade econômica..... | 36 |
| 4.5 Situação de trabalho dos (as) sócios (as)..... | 41 |
| 4.6 Gestão dos empreendimentos | 42 |
| | |
| 5 Considerações finais | 43 |
| | |
| Referências | 45 |
| | |
| Anexos | 48 |

1 Introdução

A Economia Solidária (ES) se apresenta como uma forma de buscar soluções coletivas visando o desenvolvimento da cultura, da economia e das sociedades (MANCE, 2005). De acordo com Tauile (2001), a autogestão e a democracia são os pilares principais de um empreendimento de ES. A ES pode ser a ferramenta para a autonomia (geração de liberdade, no sentido proposto por Amartya Sen, 2018¹) de grupos importantes do mundo rural, pois pode influenciar na redução da dependência do uso de fertilizantes e agroquímicos, insumos e sementes melhoradas (TAUILE, 2001; GAIGER, 2007). Pode oportunizar, também, o acesso a novos mercados, a integração dos agricultores a novos mercados, a qualificação dos produtos, a busca pela redução dos custos, a geração de valor agregado e o trabalho por meio de interações mercantis mais autônomas (SCHNEIDER, 2013; GALLI, 2013; TAUILE, 2001).

Santos (2013) destaca que a ES surge no Brasil por conta da aceleração do desemprego, nas décadas de 1980 e 1990, o que veio a contribuir para o crescimento de movimentos sociais envolvidos nas iniciativas de geração de trabalho e renda para as classes populares mais afetadas pela situação do desemprego.

A partir de 1990, e especialmente no final dessa década, a ES ganha espaço nas esferas públicas dos governos estadual e municipal como “marca política”, através de iniciativas econômicas, práticas de cooperação e sua natureza de associativismo.

Diante desse cenário, a ES, para Gaiger (2007), insere-se como uma das iniciativas que ensejam embates, que se forjam repetidamente, na esfera econômica e nos espaços públicos. Sendo assim, reforça que, na perspectiva do campo do

¹ Amartya Sem – Livro Desenvolvimento como liberdade.

associativismo e cooperação, a ES passa a se fortalecer e florescer entre as iniciativas de trabalhadores no campo econômico. E, para Santos (2013), mesmo em crescimento, percebe-se pouca representatividade de empreendimentos de economia solidária (EES) na economia nacional, bem como pequena chance desses empreendimentos consolidarem-se no mercado.

De acordo com Singer (2002), ES apresenta-se como uma alternativa na perspectiva do campo econômico, tendo como foco a produção, a distribuição, o consumo, a poupança e o crédito, por meio da organização coletiva de trabalho com o objetivo principal da autogestão². Para Mance (2005), o fortalecimento e a consolidação dessas iniciativas agem como alternativas consistentes para compartilhamento dos recursos e redução da pobreza e exclusão social.

A partir de 2005, os EES passaram por um mapeamento, realizado via banco de dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES). Esse estudo foi publicado pelo SIES, trazendo informações dos empreendimentos e das entidades de apoio, assessoria e Fomento (EAF). O primeiro mapeamento (2005) identificou aproximadamente 18 mil empreendimentos. Em 2007, a base de dados foi ampliada com um mapeamento complementar, chegando aproximadamente a 22 mil empreendimentos em todo o Brasil. Após, o segundo mapeamento foi realizado entre 2009 e 2010, publicado em 2013, e abrangeu os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), as Entidades de Apoio e Fomento (EAF) e também políticas públicas voltadas à Economia Solidária (PPES), sendo este objeto deste estudo. Observou-se que o censo retratou a realidade dos EES e através desse banco de dados permitiu a identificação e a caracterização dos empreendimentos, cuja organização dos ES se dá de forma coletiva, são autogeridos e visam o consumo responsável (ATLAS DIGITAL, 2013).

Segundo informações descritas no portal do SIES, esse mapeamento possibilitou preencher a lacuna em termos de conhecimento sobre a realidade da ES no Brasil. Assim, percebe-se que este se tornou um instrumento importante para o planejamento de políticas públicas, inclusive permitindo sua ampliação, além do reconhecimento e dimensionamento de uma realidade social e econômica até então não identificada pelas pesquisas oficiais no Brasil (ATLAS DIGITAL, 2013).

² Para que autogestão se realize é preciso que todos os sócios se informem da situação da empresa, e das alternativas para resolver cada problema (SINGER, 2002, p. 19).

Gaiger (2007) buscou identificar as características predominantes e os elementos que mantêm as estruturas dos EES. Foram mapeados 22 mil empreendimentos para verificar como os EES, verificar como os EES, por se tratarem de associações e cooperativas que seguem o princípio da autogestão, podem ter uma racionalidade única, contrapondo-se à das atividades econômicas baseadas em acumulação de capital.

Há uma grande afinidade dos Empreendimentos de Economia Solidária serem colaborativos, no compartilhamento de recursos, na participação em redes. De acordo com os autores, a participação dos EES em rede pode ocasionar benefícios aos integrantes, segundo estudos que apontam ganhos sociais, materiais, inserção nos mercados, geração de trabalho e renda para as famílias (Melo, 2005). A rede interage com um conjunto de iniciativas, seja ela uma economia popular ou solidária, o que reflete no fortalecimento, consolidação e união dessas redes, por possuírem uma causa comum: enfrentar a pobreza e a exclusão social (MANCE, 2005).

Observam-se desafios neste sentido da participação em rede, como mostra Mance (2005), ao alinhar os processos de produção e consumo, formando redes conectadas entre os atores, produtos e processos existentes entre EES. A conexão, segundo Mance (2005), faz-se necessária diante do consumo no Mundo Globalizado versus o número de excluídos e a forte concentração de riqueza.

Há poucas pesquisas focadas na ES e a participação em redes (MANCE, 2005; MELO, 2005 e GAIGER, 2007). Os autores citados ressaltam que a participação em rede ocasiona benefícios aos cooperados, observando-se, entretanto, a existência de poucas pesquisas empíricas que apontem esse fato.

Diante desse cenário, nesta pesquisa, traz-se elementos sobre os EES e a participação em rede, especificamente sobre dificuldades na comercialização. A hipótese central do estudo é que EES que estão associados a redes têm menores dificuldades de comercialização que empreendimentos que não atuam na forma de rede.

1.1 Problema de pesquisa

Os empreendimentos participantes de algum sistema de rede possuem menos dificuldades na comercialização de produtos ou serviços que os não participantes?

1.2 Objetivos

De acordo com a problemática descrita na seção anterior, e com o intuito de entender como se dá a estrutura dos EES, elaboraram-se os seguintes objetivos.

1.2.1 Objetivo geral

Verificar se os EES participantes de rede possuem menos dificuldades na comercialização de produtos ou serviços que os não participantes.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Identificar se os EES Rurais no Brasil participam de alguma rede de produção, comercialização, consumo ou crédito;
- b) Analisar as principais dificuldades na comercialização dos EES Rurais participantes ou não de redes;
- c) Analisar o destino da comercialização dos produtos dos EES Rurais.

2 Referencial teórico

Neste capítulo, será apresentado o referencial teórico dividido em três principais temas, sendo eles: Economia Solidária, Participação em Redes e Dificuldades encontradas na comercialização dos produtos. Serão apresentados seus conceitos e aplicabilidade de cada um dos tópicos para garantir o entendimento das análises que serão feitas posteriormente.

2.1 Economia solidária

A Economia de mercado premia a competição. O mercado se tornou competitivo, possibilitando a escolha de variedades de produtos, preços, e a disponibilidade deles em variados locais. Isso é positivo, mas a necessidade de ser competitivo premia apenas poucos, os melhores.

Todavia, a solidariedade entra neste processo para criar uma sociedade mais igualitária, um mercado de produção e consumo organizado por meio de associações, cooperativas, o que Singer (2002) destaca como empresas solidárias, nas quais os sócios têm as mesmas responsabilidades, o mesmo capital — e, por conta disso, direito a votos nas decisões da gestão, produção e comercialização — e, portanto, a busca pelo mesmo resultado.

Neste momento, então, é possível destacar duas economias, uma capitalista, que produz uma sociedade desigual. A outra é um sistema ideal, alternativo, que promove renda e igualdade, mas que na prática não existe. A ES passa a ser uma tentativa de materialização dessa segunda via, a economia ideal, cujos princípios básicos são centrados no coletivo, em direitos e na liberdade individual.

De acordo com dados históricos, a Economia Solidária surge na Inglaterra e nos Estados Unidos no século XIX, através de movimentos cooperativos nas

comunidades e aldeias. Segundo Lechat (2002), as cooperativas e os movimentos sociais precursores da ES não sobreviveram por muito tempo, pois foram extintas por conta da hostilidade do governo. Destaca, ainda, que a primeira cooperativa de consumo, a “Equitativos de Rochedale”, definiu os princípios do cooperativismo, os quais são válidos até hoje. Conforme o autor, nos anos 30 e 40 do século XIX há mudanças fortes nas relações de trabalho e na oferta de produtos em função da organização de cooperativas de produção. As cooperativas foram criadas e desenvolvidas por artesões e operários que buscavam colocação no mercado de trabalho após a repressão surgida com a independência americana.

A partir de 1970 veio uma das maiores crises, a qual trouxe o desemprego e o fechamento de empresas, piorando, dessa forma, a situação para a classe trabalhadora. A situação foi melhorando nos anos 80 devido a novas alternativas de trabalho e renda, sendo que em 1985 começam a surgir novas cooperativas. Contudo, foi a partir da queda do muro de Berlim que nasce uma nova onda de movimentos sociais, com foco na produção comunitária coletiva, ecológica, solidária e voluntária. Observa-se, então, que a economia social trata as questões das cooperativas, associações e ES sob a ótica de um conjunto de atividades econômicas e políticas distintas daquela do mercado capitalista quanto ao pensamento lógico do Estado (LECHAT, 2002).

Santos et al. (2013) destacam que a ES surge no Brasil por conta da aceleração do desemprego nas décadas de 1980 e 1990, colaborando para o crescimento de movimentos sociais envolvidos nas iniciativas da geração de trabalho e renda para as classes populares mais afetadas pela situação do desemprego. Ainda menciona que, diante dos desafios e contradições do período histórico, foram surgindo novos movimentos organizacionais, que foram usufruindo do cooperativismo, iniciado no século XIX pelos “socialistas” utópicos, e renascem após como o “guarda-chuva” conceitual da economia solidária.

Alvez et al. (2016. p. 255) fizeram uma análise das pesquisas sobre ES no Brasil, e, ao citar França Filho (2007. p. 1), concluíram que: “Nos últimos anos a ES vem crescendo e ganhando visibilidade no Brasil, seja por meio dos movimentos sociais ou das atividades realizadas pela sociedade civil e através de políticas públicas”.

Para França (2002), a Economia solidária e a Economia Social são dois universos diferentes nas suas experiências. O termo Economia Social pode servir para tratar de questões jurídicas e tem como universo quatro formas de organização: cooperativas, organizações mutualistas, fundações e algumas associações de grande porte. Diante da relação com questões e dimensões políticas surge a Economia Solidária, exatamente no que as duas se encontram. Neste momento, as duas se apoiam no desenvolvimento das atividades econômicas para concretização de objetivos sociais, compartilhando juntas as ideais de cidadania.

Para Gaiger (2011), estes empreendimentos fundamentam-se nos princípios da autogestão, cooperação e solidariedade, sendo fenômenos observados pelo menos há uma década em outros países. Para Amorim (2010), a crise estrutural do emprego, causada pela elevação da remuneração do capital, promoveu a explosão de novos grupos de empreendimentos de economia solidária no Brasil por volta dos anos 2000.

França (2007) constata que a ES passa a ser um fenômeno no Brasil, sendo este um campo em construção, e observa que essa realidade começa a evoluir de formas de auto-organização socioeconômica para formas de auto-organização sociopolítica.

Gaiger (2007) demonstra a caracterização dos empreendimentos de ES por uma racionalidade própria, relativa ao modo como acionam os seus recursos produtivos, humanos e materiais, definindo-se através de um conjunto de atividades e práticas econômicas, que compreende a produção, a distribuição, o consumo e as formas de crédito por meio de cooperativas, associações, clubes de trocas e redes de cooperação, além da organização por autogestão e de atividades de comércio justo e produção de bens e serviços, trocas e consumo responsáveis e solidários.

Singer (2002) apresenta os clubes de troca como uma inovação na economia solidária. Sua criação ocorreu por volta de 1980 de forma mais ou menos simultânea, na Ilha de Vancouver, no Canadá, e em Bernal, na Argentina, tendo como principal objetivo o combate ao desemprego advindo do recesso nas atividades econômicas. Esses clubes de trocas possibilitavam reunir pessoas com disponibilidade de oferecer bens e/ou serviços, em troca de outros, para indivíduos com o mesmo propósito. Ou seja, na falta do recurso financeiro, que inibe a aquisição de bens e serviços e a divisão social do trabalho, o clube de troca entra

em ação — por possuir uma moeda própria, com um nome próprio, baseado numa ideologia *green dólar*, real solidário, hora de trabalho, etc. — e, assim, permite a ocorrência do escambo.

Analisando pela perspectiva da autogestão e destinação social, a economia solidária apresenta-se como uma opção inovadora na geração de trabalho e na inclusão social, sob a forma de autogestão, democracia, solidariedade, cooperação, respeito à natureza, comércio justo e consumo solidário, permitindo, assim, a construção de um ambiente socialmente justo e sustentável (ECOSOL, 2011). Além disso, o fortalecimento e a consolidação dessas iniciativas possibilitam a criação de alternativas consistentes para compartilhamento dos recursos, redução da pobreza e exclusão social (MANCIE, 2005).

Diante dessa análise, observa-se que a Economia Solidária tem como foco promover ações de bem viver através da liderança descentralizada e da igualdade na tomada de decisão, possibilitando relações sociais, cooperação e acesso à informação e ao conhecimento. “O sonho da empresa autogestionária é nela promover a destinação social do lucro, bem como, possibilitar aos trabalhadores a capacidade de pensar, criar e ousar” (SINGER, 1998, p. IX).

De acordo com Bossle (2014), a cooperação entre os elos da cadeia produtiva surge com base nas relações comerciais estabelecidas através da valorização da produção, do comércio justo e da distribuição de renda entre os envolvidos. Para o autor, a sua pesquisa teve como objetivo central entender o processo de produção e a comercialização dos produtos da Justa Trama, na cidade de Porto Alegre, o que permitiu analisar o funcionamento das trocas realizadas na cadeia, incluindo transações de mercado, compartilhamento/acesso ao conhecimento, transparência nas relações, processo de comercialização e o papel do consumidor para o crescimento da cadeia produtiva e do empreendimento solidário.

Para Amorim (2010), a economia solidária caracteriza-se por uma série de iniciativas de geração de renda, através de trabalhos coletivos de acordo com valores de cooperação, democracia e solidariedade. Essas iniciativas são tomadas por grupos informais, associações ou cooperativas com o objetivo de produzir e comercializar.

Culti (2010) realizou um levantamento sobre tipologia de empreendimentos de economia solidária, o qual observou que os estudos no Brasil são oriundos dos Mapeamentos Nacionais da Economia Solidária de 2007. De acordo com os resultados foram identificados 21.859 EES, classificados com base em 6 dimensões: característica geral, econômica, administrativa, financeira, sociopolítica, gestão e situação do trabalho. Apontou, ainda, para três grupos de composição dos empreendimentos: rurais, urbanos e urbanos e rurais.

Diante do cenário das políticas neoliberais, Tauile (2001) destaca, com base na perspectiva e nas iniciativas de EES, as cooperativas autogestionárias como uma possível alternativa de organização social da produção. Busca, além de sua análise, mapear e discutir as formas e possibilidades de sucesso e difusão com foco na economia solidária frente a um cenário e ambiente capitalista. Por meio desse mapeamento, o autor descreve que os empreendimentos podem ser urbanos e rurais e possuem em sua essência o trabalho coletivo, a solidariedade e as cooperativas ou associações formais ou informais de produtores, de consumidores e de crédito. De acordo com os princípios da EES, a autogestão e a democracia são os pilares principais de todo o processo decisório e as dimensões mais importantes são a social, a econômica e a cultural. Ainda cabe ressaltar que, de acordo com Tauile (2001), essa realidade faz um contraponto ao individualismo e à competitividade da sociedade capitalista.

Diante desse cenário de caracterização e do contraponto às atividades econômicas de acumulação de capital, Gaiger (2007) destaca o mapeamento que realizou para identificar as características predominantes e os elementos que mantêm as estruturas dos EES, com o objetivo de verificar o quanto esses empreendimentos sustentam a hipótese de uma racionalidade específica e importante para a Economia Solidária.

Contudo, Mance (2005) aponta que não é satisfatório o princípio da boa-vontade e solidariedade para que a economia solidária possa florescer. Para que ela fortaleça-se ou apareça no campo econômico ou como mais uma vertente no meio produtivo, a economia solidária precisa ser tratada como uma atividade econômica e, como tal, adequar-se aos modelos de gestão, custos e preços e projetar-se de forma correta, elaborando um plano de negócios para cada empreendimento, e, assim, assegurar uma gestão empresarial e a qualidade adequada dos produtos e

serviços. O plano de negócios permitirá, ainda, a gestão compartilhada, bem como a sustentabilidade, o trabalho com uma boa logística/distribuição e comercialização e o consumo solidário.

Mance (2005) destaca que a gestão por meio de estratégias em rede tem-se mostrado como a melhor forma de buscar soluções coletivas de acordo com a sustentabilidade e a solidariedade econômica para os empreendimentos, ou seja, levando em consideração os fluxos econômicos que permeiam as cadeias produtivas de forma integrada. Também ressalta que a organização em rede de colaboração solidária apresenta-se como uma estratégia adequada na busca do crescimento dos empreendimentos de economia solidária, sendo este realizado de forma sustentável, e das conexões com a potencialização dos volumes movimentados. Mance (2005, p.15) ainda reforça que:

Praticar a economia solidária é participar de uma profunda transformação social, em que a realização da dignidade humana, o aviamento de sensibilidade ética, a promoção da cooperação entre as pessoas e os povos, são uma nova marca na conduta coletiva e pessoal, e esta transformação vem ao encontro do trabalho coletivo através da participação ou formação em rede.

Em relação à formação em rede, um aspecto relevante citado por Mance (2005), será dado maior enfoque no subcapítulo a seguir.

2.2 Participação dos EES em redes

A participação de empreendimentos em rede pode ocasionar benefícios aos integrantes. De acordo com Melo (2005), os estudos apontam que o fato de os empreendimentos estarem inseridos em rede propicia diversos ganhos, tanto materiais, como a sua inserção nos mercados, quanto sociais, como a geração de renda para as famílias.

Para Mance (2005), uma rede interage com um conjunto de iniciativas, seja ela uma economia popular ou solidária, o que reflete no fortalecimento, consolidação e união dessas redes, por possuírem uma causa comum: enfrentar a pobreza e a exclusão social. Destaca, também, que a rede se torna uma alternativa viável com foco na geração de trabalho e renda, e na valorização do trabalhador frente a uma situação vulnerável de exclusão diante do sistema capitalista. Segundo ele, a

sustentação da rede permite o fortalecimento dos empreendimentos de forma solidária, conectando os processos de consumo, produção e distribuição local e sob demanda, seja nacional ou internacionalmente.

Mance (2005) destaca a economia solidária como eixo central na reorganização social referente às ações de consumo, comércio, produção, serviço, finanças e desenvolvimento tecnológico, na qual prevalecem a valorização humana e as relações sociais, sob as perspectivas do bem viver, de fazer valer a realização do trabalho, do consumo de forma coletiva e responsável e possibilitando o compartilhamento dos ganhos produzidos de forma colaborativa e socialmente justa. Para isso, aponta algumas práticas importantes de acordo com as questões abordadas no objetivo central da economia solidária, conforme descrito no Quadro 1, que demonstra as práticas de sucesso e resultados dos ES.

Quadro 1: Práticas de Sucesso e Resultados da ES

| Práticas de Sucesso da ES | Resultados |
|---|---|
| Grupos de produção comunitária, cooperativas e associações de produção. | Trabalhos coletivos como alternativa de renda para combater o desemprego e fortalecimento da produção de grupos pequenos. |
| Sistemas locais de intercâmbios. | Sistema de trocas, criado por meio de moedas sociais que possibilitam a troca de produtos e serviços entre os grupos de trabalhos. |
| Autogestão de empresas pelos trabalhadores. | Trabalhadores, com responsabilidade nas decisões da organização, vindos de propriedades falidas ou criando novas possibilidades para superarem as dificuldades, em formato de grupos de trabalho coletivo, compartilhando de forma justa os custos e resultados produtivos. |
| Comércio solidário e comércio justo internacional. | Produtos são comercializados por pequenos grupos a um preço justo, seja na própria comunidade, seja através de redes internacionais de importação e exportação. |
| Organizações de certificação e etiquetagem. | Garantem a identidade e asseguram os produtos e serviços da economia solidária a partir de selos que lhes são conferidos, comprovando a sua qualidade social. |
| Consumo crítico e solidário e grupos de aquisição solidária. | Geram impacto e vantagens individual ou para as cadeias curtas de produção, através do consumo responsável e coletivo, da relação direta com os produtores ou lojas e mercados solidários e da prática do preço justo para com os próprios produtores. |
| Financiamento solidário. | Produtor e consumidores com acesso ao Banco do Povo ou Bancos Comunitários, Cooperativas de Crédito e Bancos Éticos. |
| Economia de comunhão. | A empresa distribui o lucro de forma igualitária, oportunizando uma tripla destinação, por meio de: aplicação na própria empresa, remuneração justa aos trabalhadores, auxílio aos necessitados e difusão da cultura de comunhão. |
| Difusão de softwares livres e tecnologias livres e sustentáveis. | Inclusão e acesso a tecnologias produtivas que podem ser apropriadas livremente na promoção do bem viver das comunidades. |

Fonte: Mance, *Euclides André* – A Revolução das Redes de Colaboração Solidária (2005), adaptado pela autora (2019).

No Quadro 1, observa-se que o sistema foi criado como estratégia para a valorização das pessoas, da produção justa e do consumo responsável. Além disso, mostra como o trabalho coletivo viabiliza acesso à informação, inclusão no uso das tecnologias e bom desempenho para desenvolver as atividades de forma colaborativa, com a possibilidade, sem dúvida, de se obterem bons resultados tanto para consumo quanto para a produção (MANCE, 2005). Percebe-se que, por mais complexa que possa ser a execução ou a autogestão dessas práticas, estas trazem em si um papel fundamental para viabilizar as redes, bem como os pequenos produtores, e que, por outro lado, mostra uma possibilidade de estabelecer relações diretas entre produção e consumo.

Tauile (2001) aponta o quanto são importantes as relações e o trabalho coletivo para o sucesso diante do mercado capitalista, e questiona se, frente aos desafios da ES contemporânea, não seria melhor uma economia e ganhos de solidariedade através dessa união dos trabalhadores. Ele aborda a importância de insistir nas associações destas empresas, ou melhor, destes atores, com foco em gerar uma economia em rede e, assim, obter uma escala mais operacional e eficaz para a diversificação das atividades econômicas, e até mesmo como complemento de recursos para estas; ou ainda, de forma objetiva, possibilitar a identificação dos interesses comuns por parte dos atores que compõem a rede solidária, mostrando como esta pode alcançar melhores resultados com os esforços coletivos, de modo a alcançar e atuar em novos mercados no meio capitalista.

Galli (2013) destaca as redes alimentares ou cadeias curtas para a diversificação da troca de experiências e vivências em todo o processo, as quais constituem uma alternativa proveitosa para o modelo agroalimentar. Percebe-se que essas diversidades, e a individualidade das experiências existentes em todo o mundo, possibilitam geração de novos mercados de agricultores, comercialização na fazenda, cooperativas de consumidores, vendas pela internet, cooperativas de negócios e venda no varejo.

Gaiger (2007) frisa que podem existir dificuldades na participação de empreendimentos em rede, frisando que isso pode ocorrer mesmo sem fragilidade nas relações externas, talvez em virtude de articulações mal elaboradas e pela inexistência de cadeias produtivas solidárias. Nesse sentido das cadeias produtivas solidárias, Leão (2011) aponta as feiras de economia solidária como um modelo de

comercialização que atende às demandas de produtores e consumidores em Pernambuco. Nesse caso ele aborda a produção orgânica e agroecológica, e chama por uma nova feira livre, agora denominada “feira orgânica”. Destaca ainda que, no Brasil, a produção de produtos agrícolas de base agroecológica se expandiu nas quatro últimas décadas, beneficiando os mercados locais, criando novas possibilidades aos produtores e agricultores familiares, estes necessitados de acesso aos grandes mercados. Por outro lado, o autor cita que essa cadeia de produção solidária, para ter grande escala, depende das condições de mercado, equipamentos, infraestrutura e pessoal qualificado.

Para Ferreira et al. (2014), estudar as redes sociais possibilitou observar os envolvidos no grupo e aqueles com maior potencial de liderança. Por conta disso, buscou-se mapear e analisar as redes de relacionamento dos produtores de hortifrutigranjeiros do Projeto Esperança/Cooperança, em Santa Maria/RS. Os autores destacam o envolvimento dos pequenos agricultores cooperados, possibilitando criar ações e desenvolver atividades com foco em gerar sustentabilidade econômica, social e ambiental. Por outro lado, destacam o formato das relações profissionais na rede do Projeto Esperança/Cooperança, como mostra a Figura 1.

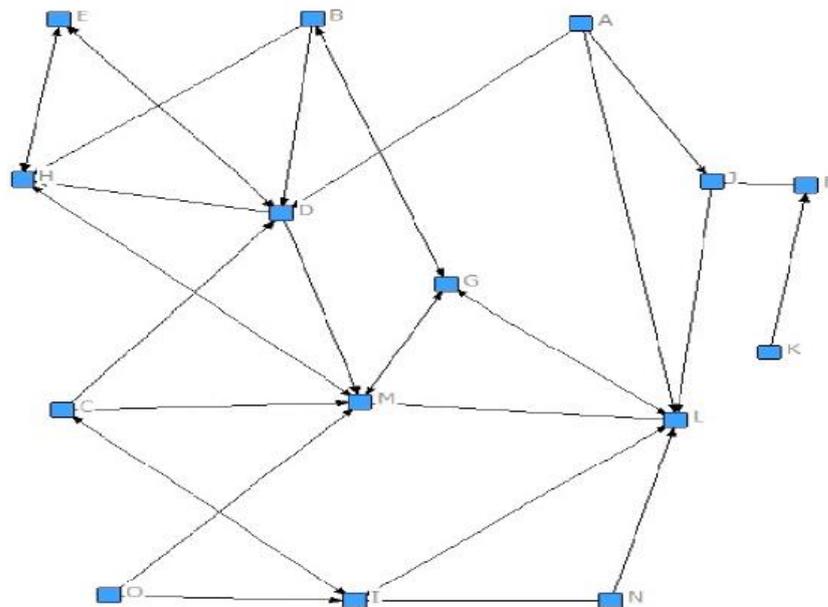


Figura 1: Rede Profissional do Projeto Cooperança/Esperança.
Fonte: FERREIRA et al. (2014).

Na Figura 1, o autor observa que através dos 15 integrantes da rede, nenhum se encontra isolado. Todos foram indicados ou recomendaram pelo menos uma pessoa envolvida na rede. Ainda ressalta que as relações coletivas fortalecem a saúde do grupo, engrandece e compartilha as experiências de todos os envolvidos, sendo esta uma oportunidade estratégica identificada que agrega valor ao produto e aos produtores nas relações com os clientes por meio das cadeias curtas. Dessa forma, possibilita uma garantia de renda e, além disso, passam a ser empregadores e exercer o papel de líderes do processo de produção e comercialização da rede. Com base na Figura 1, o autor analisou as questões de centralidade, localização, intermediação e proximidade dos atores da rede. De acordo com a centralidade, o integrante M, seguido pelo integrante L, é estratégico para o funcionamento da rede, especialmente pela sua atuação coletiva, propiciando conhecimento e aprendizagem, além de forte liderança na rede.

Melo (2005) aponta os ganhos econômicos e não econômicos, bem como os resultados materiais e imateriais, através das experiências coletivas dos empreendimentos rurais de economia solidária. Em decorrência das experiências em rede, é possível aos camponeses ter valorização e ganhos, os quais podem ser tanto materiais — inserção nos mercados e geração de renda para as famílias, por exemplo — quanto imateriais — como os resultados por conta do trabalho coletivo através da formação de redes, o que ainda possibilita formar novas parcerias, boas relações e influência nas políticas públicas e ter acesso à capacitação, sociabilidade, autoestima, etc.

Cabe ressaltar que existem algumas dificuldades encontradas a partir da formação em redes, incluindo dificuldades referentes à comercialização de produtos, apontando-se algumas delas na sequência.

2.3 Dificuldades encontradas na comercialização dos produtos

Gaiger (2007) aponta que as cooperativas em geral são empreendimentos com maior porte que apresentam melhor desempenho quanto maior for o seu quadro social. Por outro lado, segundo o autor, quando o quadro de sócios é menor, este mostra uma deficiência dos pequenos grupos, além disso, por serem grupos informais, são menos solidários, então apresentam dificuldades na condução da

organização e na autogestão. Aquele mapeamento mostrou ainda que a deficiência dos EES concentra-se no funcionamento diário, nas dificuldades estruturais e na falta de reconhecimento pelo mercado, o que reduz a capacidade de gerar excedentes que garantam autonomia econômica, reconhecimento aos trabalhadores e coesão e qualificação do quadro de sócios.

Tauile (2001) ressalta que muitas vezes torna-se difícil a existência de autonomia econômica dos EES devido aos trabalhadores serem independentes, não se enxergando como proprietários, como responsáveis do sucesso do seu negócio. Isso o autor associou ao fato de os associados aos EES serem originalmente apenas empregados, portanto, não terem experiência pregressa como empreendedores individuais. Por outro lado, salienta a importância de acreditar nas relações sociais, principalmente quando elas são devidamente organizadas e possuem perspectiva de autogestão, objetivando a busca de resultados e ganhos de forma positiva, provenientes dos relacionamentos, apoiados pela credibilidade dos agentes e organizados por uma economia com participação em rede.

Mendonça (2011) menciona que há restrições logísticas para os EES intercambiarem comercialmente e estruturas organizacionais inadequadas para atingir e garantir o acesso dos produtos originários da economia solidária e do comércio justo aos mercados existentes.

Cardoso (2018) identificou que as dificuldades passam por questões estruturais, pelas restrições em recursos produtivos, dificuldades para acessar os mercados institucionais, por questões burocráticas e políticas que impossibilitam a comercialização, como a falta da nota fiscal. Um outro ponto abordado por Cardoso (2018) diz respeito à confiança nas relações entre parceiros e o nível de colaboração.

Silva (2014) aponta entre as dificuldades o elevado custo de transporte, a estrutura inadequada para a comercialização, a falta de capital de giro e a concorrência dos intermediários comerciais, os “atravessadores”. Destaca que, para enfrentar tais problemas, os EES devem procurar diferentes estratégias nos processos internos de produção e nas relações externas de parceria com outros empreendimentos.

Bouroullec (2010) traz a temática da governança como um desafio. Para ele, a governança híbrida utilizada em transações entre organizações juridicamente

independentes pode ser uma alternativa para gerar eficiência na comercialização. De acordo com Bouroullec (2010), as dificuldades passam por incertezas criadas na necessidade da comercialização entre agentes que dependem mutuamente, em investimentos específicos, como os ativos humanos e de marca. Assim, os contratos não são isoladamente suficientes para gerenciar as transações de fornecimento de produtos entre organizações brasileiras no comércio justo internacional.

Observou-se diante das dificuldades encontradas pelos autores acima citados, que o desafio dos EES Rurais é conseguir gerenciar ou praticar a autogestão para conseguir vencer os desafios. Outro ponto, mostrou a necessidade de buscar pesquisas que mostre quais as melhorias desenvolvidas para estes EES Rurais no Brasil, não sendo neste momento objeto deste estudo, como mostra o método utilizado no capítulo a seguir.

3 Método

O presente trabalho foi realizado utilizando-se do Banco de Dados do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), referente ao Mapeamento realizado entre 2009 e 2010 com 19.708 Empreendimentos de Economia Solidária, publicado em 2013. Esse levantamento é um censo e é o último conjunto amplo de dados disponíveis no Brasil sobre os Empreendimentos de Economia Solidária.

Os dados foram importados para posteriores análises. Assim sendo, a pesquisa caracteriza-se como descritiva e quantitativa, com análise de dados secundários. As técnicas de análise são detalhadas a seguir (ATLAS DIGITAL, 2013).

Inicialmente, é importante destacar que a análise dos dados ocorreu entre dezembro de 2018 e janeiro de 2019, com uso do Software SPSS v. 23. O banco de dados extraído é composto por 171 questões, das quais analisaram-se 14, uma vez que as demais não fazem parte do objetivo do trabalho. O Quadro 2 demonstra as questões pesquisadas, com as dimensões e o seu objetivo de análise.

Na prática, o banco de dados continha 19.708 empreendimentos, como foram excluídos da análise aqueles não alocados em empreendimentos rurais, foco deste trabalho, restaram 9.722 empreendimentos rurais, sendo esta a amostra deste trabalho.

Quadro 2: Questões pesquisadas e objetivo de pesquisa

| Seção/Dimensão | Questões | Opções | Objetivos de pesquisa |
|---|---|---|-------------------------|
| IDENTIFICAÇÃO E ABRANGÊNCIA | Área de atuação dos empreendimentos. (Q14) | 1. Rural 2. Urbana | Caracterização dos EES. |
| | Situação de funcionamento do empreendimento. (Q13) | 1. Em funcionamento 2. Em implantação. 3. Em reestruturação | |
| | Ano de início do empreendimento. (Q12) | 1. Até 1980 2. 1981 a 1990 3. 1991 a 2000 4. 2001 a 2013 | |
| CARACTERÍSTICAS PREDOMINANTES DOS (AS) SÓCIOS (AS) | Perfil etário dos sócios. (Q24) | 1. Jovens 2. Adultos 3. Idosos 4. Não se aplica ou Não há predominância | |
| | Número de sócios que trabalham no empreendimento. (Q17) | 1. Pessoas Físicas associadas: Mulheres, Homens e Total. 2. Pessoas Jurídicas associadas ou empreendimentos articulados em rede. | |
| | Quantidade de homens e mulheres que participam na gestão dos EES | Média de Mulheres e Homens | |
| | Principal atividade econômica realizada pelos EES Rurais no Brasil (Q29) | 1. Troca de produtos ou serviços 2. Produção ou produção e Comercialização. 3. Comercialização ou organização da comercialização. 4. Prestação do serviço ou trabalho a terceiros 5. Poupança, crédito ou finanças solidárias. 6. Consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios | |
| CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS EMPREENDIMENTOS | Forma de organização. (Q25) | 1. Grupo formal 2. Associação 3. Cooperativa 4. Sociedade mercantil | |
| | Participação do EES Rurais em alguma rede de produção, comercialização, consumo ou crédito. (Q26) | 1. Sim (Q27) 2. Não (Q28) | |

(continuação)

| Seção/Dimensão | Questões | Opções | Objetivos de pesquisa |
|--|--|--|--|
| TIPIFICAÇÃO E DIMENSIONAMENTO DA ATIVIDADE ECONÔMICA | Média de Faturamento dos EES Rurais em 2013 (Q37). | Valor médio mensal. | Analisar as principais dificuldades na comercialização dos EES Rurais participantes ou não de redes. |
| | Faturamento em Reais (2013) do EES e participação ou não em rede (Q37Q26) | | |
| | Dificuldades encontradas na comercialização de produtos e/ou serviços. (Q47) | Cruzamento das dificuldades (01 a 17) com as categorias da questão 26 (participa ou não de rede) | |
| | Destino da comercialização pelos EES Rurais e Participação em Rede (Q43) (Q43) | <ol style="list-style-type: none"> 1. Venda direta ao consumidor final 2. Venda a revendedores/ atacadistas 3. Venda a órgão governamental 4. Venda a empresas privadas de produção 5. Venda a outros EES 6. Troca com outros EES 7. Outros | Analisar o destino da comercialização dos produtos dos EES Rurais. |
| | Para quem é feita a comercialização de produtos do empreendimento para os empreendedores que não participam de rede. (Q43) | <p>Venda direta ao consumidor final Venda a revendedores/ atacadistas Venda a órgão governamental Venda a empresas privadas de produção Venda a outros EES Troca com outros EES Outros</p> | |
| SITUAÇÃO DE TRABALHO DOS (AS) SÓCIOS (AS) NO EMPREENDIMENTO | Número de homens e mulheres na Coordenação e/ou direção do EES e participação em redes. (48) | <ol style="list-style-type: none"> 1. Mulheres (quantas) 2. Homens (quantos) 3. Total (quantos) | Analisar as principais dificuldades na comercialização dos EES Rurais participantes ou não de redes. |
| GESTÃO DO EMPREENDIMENTO | Número de mulheres e homens na gestão dos EES e dificuldades na comercialização de produtos e/ou serviços (Q153) | <ol style="list-style-type: none"> 1. Mulheres (quantas) 2. Homens (quantos) 3. Total (quantos) | |
| | Resultados da atividade econômica do empreendimento, sem cotar as doações de recursos (Q155) | <ol style="list-style-type: none"> 1. Pagar as despesas e ter uma sobra/excedente. 2. Pagar as despesas e não ter nenhuma sobra 3. Não deu para pagar as despesas 4. Não se aplica (para empreendimento que não visam esse tipo de resultado econômico coletivo) | |

Fonte: autora (2019).

O Quadro 2 demonstra as variáveis pesquisadas. Observa-se que foram analisadas dez variáveis através de estatística descritiva, testes de Qui-quadrado e Teste-T. O Qui-quadrado é uma técnica utilizada para analisar a associação existente entre duas ou mais variáveis categóricas, buscando-se identificar diferenças de distribuição (HAIR Jr. et al., 2009). Observa-se através da técnica utilizada a contagem esperada e a contagem encontrada. Se a significância (valor de p) for maior que 0,05, constata-se que não há diferença entre o valor esperado e o encontrado.

Nesse caso, para que se possa responder ao objetivo principal, a variável categórica “participa de rede” (sim, não) será comparada com a variável “dificuldades encontradas na comercialização de produtos e/ou serviços” (sim, não). Quando necessário, no caso de variáveis contínuas, também se utilizou o teste de diferença de média (Teste-T). Esse teste foi utilizado na verificação de diferenças, por exemplo, do faturamento obtido pelos empreendimentos que participavam ou não de rede.

Adicionalmente, em função da presença de *outliers*, foram eliminados sete empreendimentos cujos faturamentos extrapolavam em muito a tendência da curva normal. Esses *outliers* foram identificados através da estimativa *zscore*, quando este índice era igual ou maior que três (HAIR et al., 2009).

4 Resultados

Neste capítulo, serão apresentados os resultados obtidos de acordo com análise feita nos dados secundários do Mapeamento do SIES. Para melhor entendimento, este capítulo foi dividido em 6 seções de acordo com as dimensões e caracterização realizadas.

4.1 Identificação a abrangência

Para analisar a dimensão de identificação e abrangência, foram pesquisados os dados de acordo com as questões sobre área de atuação dos empreendimentos, situação de funcionamento e ano de início dos empreendimentos. Para atender ao objetivo central deste estudo foram realizados alguns recortes, priorizando a área rural os empreendimentos em funcionamento, no período de 1980 a 2013, como serão apresentados a seguir:

A Tabela 1 demonstra a composição dos empreendimentos pesquisados. Como o foco da pesquisa são os empreendimentos rurais, os empreendimentos da zona urbana, rural e urbana e os que não informaram sua área de abrangência foram excluídos da análise. Comparando com os dados na (Tabela 2), é possível observar uma diferença nos resultados, assim sendo, evidencia-se aqui uma participação maior de empreendimentos rurais.

Tabela 1: Área de atuação dos empreendimentos

| Área de atuação | Frequência | Percentual |
|-----------------|---------------|--------------|
| Rural | 10.793 | 54,8 |
| Urbana | 6.856 | 34,8 |
| Rural e urbana | 2.058 | 10,4 |
| Não informou | 1 | 0,1 |
| Total | 19.708 | 100,0 |

Fonte: dados da pesquisa.

Constata-se pela Tabela 2 que 90,1% dos empreendimentos rurais (9.722) está em funcionamento. Tendo em vista que buscou-se estudar os empreendimentos rurais ativos, esta será a amostra utilizada a partir deste ponto em diante. Será realizado um recorte adicional para centrar as análises nos empreendimentos que estão em funcionamento.

Tabela 2: Situação de funcionamento do empreendimento

| Situação | Frequência | Percentual |
|-----------------------------|---------------|--------------|
| Em funcionamento / operando | 9.722 | 90,1 |
| Em implantação | 420 | 3,9 |
| Em reestruturação | 651 | 6,0 |
| Total | 10.793 | 100,0 |

Fonte: dados da pesquisa.

Os dados da Tabela 3 mostram o período/ano de início dos empreendimentos, de acordo com amostra de 9.722, observa-se que houve um aumento significativo de 49,1% no período de 2001 a 2013 e de 42,4% de 1991 a 2000. Observa-se uma predominância de EES relativamente recentes.

Tabela 3: Ano de início do empreendimento

| Época | Frequência | Percentual |
|-----------------|--------------|------------|
| Até 1980 | 178 | 1,8 |
| 1981 a 1990 | 621 | 6,4 |
| 1991 a 2000 | 4.120 | 42,4 |
| 2001 a 2013 | 4.773 | 49,1 |
| Não responderam | 39 | 0,4 |
| Total | 9.722 | 100 |

Fonte: dados da pesquisa.

4.2 Características predominantes dos (as) sócios (as)

Para analisar a dimensão das características dos (as) sócios (as) foram pesquisados os dados de acordo com, perfil etário, número de pessoas que trabalham no empreendimento, quantidade de homes e mulheres que participam na gestão dos EES e Principal atividade econômica realizada pelos EES Rurais no Brasil, , como serão apresentados a seguir:

A Tabela 4 apresenta o perfil etário dos sócios dos empreendimentos. Percebe-se que, de acordo com amostra, 89,5% dos sócios são adultos.

Tabela 4: Perfil etário dos sócios

| Perfil etário | Frequência | Percentual |
|---------------------------------------|--------------|--------------|
| Adultos | 8.700 | 89,5 |
| Não se aplica ou não há predominância | 386 | 4,0 |
| Jovens | 319 | 3,3 |
| Idosos | 317 | 3,3 |
| Total | 9.722 | 100,0 |

Fonte: dados da pesquisa.

Dos 9.722 EES rurais, tem-se que em média cada empreendimento possui 33,37 pessoas engajadas (Tabela 5). Destes, os homens são quase 60%.

Tabela 5: Número de pessoas que trabalham no empreendimento

| Gênero | Total de trabalhadores | Percentual |
|-----------------|------------------------|------------|
| Mulheres | 67.642 | 39,2 |
| Homens | 100.373 | 58,2 |
| Não responderam | 4.550 | 2,6 |
| Total | 172.565 | 100 |

Fonte: dados da pesquisa.

A Tabela 6 descreve a participação do gênero na coordenação (administração) do empreendimento. Percebe-se que o número de mulheres é superior ao de homens na gestão dos EES.

Tabela 6: Quantidade de homens e mulheres que participam na gestão dos EES

| Gênero | Média | Desvio padrão |
|----------|-------|---------------|
| Mulheres | 5,80 | 4,57 |
| Homens | 3,28 | 3,42 |

Fonte: dados da pesquisa.

Na Tabela 7, observa-se que mais de 50% do total dos EES rurais estava engajado na produção e na comercialização da produção. Portanto, essa era a principal atividade econômica realizada pelo empreendimento.

Tabela 7: Principal atividade econômica realizada pelos EES Rurais no Brasil

| Atividade Econômica | Frequência | Percentual (%) |
|---|--------------|----------------|
| Produção ou produção e comercialização | 5.193 | 53,41 |
| Consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios | 3.067 | 31,54 |
| Comercialização ou organização da comercialização | 841 | 8,65 |
| Troca de produtos ou serviços | 224 | 2,30 |
| Prestação do serviço ou trabalho a terceiros | 218 | 2,24 |
| Poupança, crédito ou finanças solidárias | 179 | 1,84 |
| Total | 9.722 | 100 |

Fonte: dados da pesquisa.

4.3 Características gerais dos empreendimentos

Para analisar a dimensão das características gerais dos empreendimentos, foram pesquisados os dados de acordo com a forma de organização, participação do EES Rurais em alguma rede de produção, comercialização, consumo ou crédito, conforme apresentam a seguir:

A Tabela 8 mostra a forma de organização dos empreendimentos. Com base na amostra, observa-se que a grande maioria é de associações, seguido pelos grupos informais e cooperativas. Esses dados refletem exatamente as mesmas proporções apresentadas por Silva (2014).

Tabela 8: Forma de organização

| Forma de organização | Frequência | Percentual |
|----------------------|--------------|--------------|
| Associação | 7.607 | 78,2 |
| Grupo Informal | 1.568 | 16,1 |
| Cooperativa | 508 | 5,2 |
| Sociedade mercantil | 39 | 0,4 |
| Total | 9.722 | 100,0 |

Fonte: dados da pesquisa.

A Tabela 9 mostra a participação do empreendimento em alguma rede de produção, comercialização, consumo ou crédito, com base na amostra dos EES rurais. Observa-se que quase 84,7% respondeu que não participa de nenhum tipo de rede.

Tabela 9: Participação do EES Rurais em alguma rede de produção, comercialização, consumo ou crédito

| Participação | Frequência | Percentual |
|--------------|--------------|--------------|
| Não | 8.237 | 84,7 |
| Sim | 1.485 | 15,3 |
| Total | 9.722 | 100,0 |

Fonte: dados da pesquisa.

4.4 Tipificação e dimensionamento da atividade econômica

Para analisar a dimensão dos tipos e dimensionamento da atividade econômica, foram pesquisados os dados de acordo com a média de faturamento dos EES Rurais em Reais (2013). A Tabela 10 descreve a média de faturamento dos EES rurais no Brasil em 2013. Dividindo-se o valor total pelos meses do ano,

observa-se que em média os EES rurais faturavam quase 3,5 mil reais/mês. Contudo, esse valor é muito variado, já que havia estabelecimento com faturamento de R\$ 729.997,35 ao ano.

Tabela 10: Média de Faturamento dos EES Rurais em 2013

| Faturamento | Média (R\$) | Desvio padrão |
|--------------------|--------------------|----------------------|
| Faturamento 2013 | 40.857,90 | 729.997,35* |

Fonte: dados da pesquisa.

Quando testado se os EES rurais que participam de rede faturam mais que os que não participam, conclui-se que isso não ocorre. Portanto, participar ou não de rede não está associado ao volume financeiro faturado no ano, conforme Tabela 11.

Tabela 11: Faturamento em Reais (2013) do EES e participação ou não em rede

| Faturamento | Participa de alguma rede | Média (R\$) | Desvio Padrão | Teste t (p valor) |
|--------------------|---------------------------------|--------------------|----------------------|--------------------------|
| Ano 2013 | não | 22.404,51 | 85.990,27 | 0,903 |
| | sim | 22.337,83 | 74.610,35 | |

Fonte: dados da pesquisa.

A Tabela 12 mostra as dificuldades encontradas na comercialização de produtos e/ou serviços. Dos EES rurais, apenas 51,8% respondeu essa pergunta. Destes, mais de 33% respondeu que sim, encontram dificuldades na comercialização.

A seguir serão apreciados os resultados dos empreendimentos que encontraram alguma dificuldade na comercialização em relação à participação em rede. Isso ajudará a responder ao objetivo principal da pesquisa, a qual visa verificar se os empreendimentos que participam de rede possuem menos dificuldades na comercialização de produtos ou serviços que aqueles que não participam de rede.

Tabela 12: Dificuldades encontradas na comercialização de produtos e/ou serviços por parte dos EES Rurais

| Dificuldades encontradas | Frequência | Percentual |
|--------------------------|--------------|--------------|
| Sim | 3.246 | 33,4 |
| Não | 1.788 | 18,4 |
| Não responderam | 4.688 | 48,2 |
| Total | 9.722 | 100,0 |

Fonte: dados da pesquisa.

A Tabela 13 demonstra a relação entre empreendimentos que participam de rede e as dificuldades encontradas na comercialização. Observa-se pelo teste Qui-quadrado, que a associação não foi significativa ($p=0,382$), demonstrando que participar ou não de rede não está associado a ter mais ou menos dificuldades na comercialização.

Tabela 13: Relação entre participação dos EES em redes de produção, comercialização, consumo ou crédito e dificuldades na comercialização

| | | | O empreendimento tem encontrado alguma dificuldade na comercialização de produtos e/ou serviços? | | Total | Teste de Qui-quadrado |
|---------------------------|---|---|--|-------|-------|---|
| | | | não | sim | | |
| Participa de alguma rede? | não | Contagem | 1.520 | 2.771 | 4.291 | $X^2 = ,116,$ $gl = 1,$ $p = 0,382$ |
| | | % em "O empreendimento tem encontrado alguma dificuldade na comercialização de produtos e/ou serviços?" | 85,0 | 85,4 | 85,2 | |
| | | % do Total | 30,2 | 55,0 | 85,2 | |
| | sim | Contagem | 268 | 475 | 743 | |
| | | % em "O empreendimento tem encontrado alguma dificuldade na comercialização de produtos e/ou serviços?" | 15,0 | 14,6 | 14,8 | |
| | | % do Total | 5,3 | 9,4 | 14,8 | |
| Total | Contagem | 1.788 | 3.246 | 5.034 | | |
| | % em "O empreendimento tem encontrado alguma dificuldade na comercialização de produtos e/ou serviços?" | 100,0 | 100,0 | 100,0 | | |
| | % do Total | 35,5 | 64,5 | 100,0 | | |
| Não responderam | | | | | 4.688 | |
| Total da amostra | | | | | 9.722 | |

Fonte: dados da pesquisa.

A Tabela 14 demonstra as principais dificuldades encontradas na comercialização. Observa-se que quase metade da amostra apresentou dificuldades devido à falta de capital de giro, seguido do custo elevado de transportes e precariedade das estradas. De certo modo, os dados dessa tabela corroboram os trabalhos de Mendonça (2011) e de Silva (2014), os quais colocam que entre os maiores entraves na comercialização dos EES estão a falta de capital de giro e os custos logísticos, respectivamente.

Tabela 14: Principais dificuldades encontradas na comercialização de produtos pelos EES Rurais

| Principais dificuldades encontradas | Frequência | Percentual de casos (%) |
|--|----------------|-------------------------|
| Falta de capital de giro | 1.618 | 49,80 |
| Dificuldade ou custo elevado de transporte | 1.543 | 47,50 |
| Precariedade das estradas para escoamento da produção | 1.351 | 41,60 |
| A concorrência, os atravessadores, a existência de monopólios | 1.306 | 40,20 |
| Estrutura para comercialização (local, espaço, equipamentos etc.) inadequada | 1.235 | 38,00 |
| Os preços praticados são inadequados | 1.038 | 32,00 |
| Dificuldade em manter a regularidade do fornecimento | 901 | 27,80 |
| Falta de registro legal para a comercialização (emitir nota fiscal etc.) | 745 | 23,00 |
| O empreendimento tentou, mas não conseguiu encontrar quantidade suficiente de clientes | 665 | 20,50 |
| Os clientes exigem um prazo para o pagamento | 595 | 18,30 |
| Falta de registro sanitário ou alvará | 541 | 16,70 |
| Não há sócios disponíveis para cuidar da comercialização | 457 | 14,10 |
| O empreendimento já sofreu muitos calotes e não sabe como evitar | 379 | 11,70 |
| Os compradores só compram em grande quantidade | 373 | 11,50 |
| Outra dificuldade | 322 | 9,90 |
| Os produtos não são conhecidos | 289 | 8,90 |
| Ninguém do empreendimento sabe como se faz uma venda (argumentação, negociação etc.) | 205 | 6,30 |
| Total | 13.563* | |

*Dos 9.722 estabelecimentos, **apenas 3.246 (responderam à pergunta referente à Tabela 17)**. O total da amostra para esta pergunta foi de 13.563, por se tratar de uma pergunta de múltipla escolha.

Fonte: dados da pesquisa.

Na Tabela 15, observa-se que a ausência e a presença de seis dificuldades estão associadas significativamente à participação ou não em rede. Elas são: a presença de concorrentes; a estrutura inadequada de comercialização; a inadequação dos preços praticados; a insuficiência de clientes e o não saber fazer uma venda. Para todas essas dificuldades, os EES que participam de rede têm menor proporção de quem percebe elas como dificuldades que quem não as percebe como problemas na comercialização. O contrário é válido para os EES que não participam de rede. Para estes, a maior proporção de respondentes é sempre

maior para os que disseram “Sim” para os referidos problemas de comercialização que em relação aos que disseram “Não”.

Parece, portanto, que de fato a participação em rede melhora ou diminui a percepção de dificuldades na comercialização, pelo menos para as seis dificuldades mencionadas acima. Porém, fica evidente pela alternativa “Outra Dificuldade” (Tabela 18) que os participantes de rede têm outras dificuldades como mais salientes em sua prática de gestão. Isso fica evidente nas proporções de que 66,7% dos que participam em rede afirmar ter outra dificuldade, em contraponto a 14,7% dizer não ter outra dificuldade ($p < 0,001$).

Tabela 15: Presença da dificuldade (Sim ou Não) e Participação em Rede dos EES Rurais (Sim ou Não)

| Principais dificuldades encontradas | | Participação do empreendimento em alguma rede de produção, comercialização, consumo ou crédito | | Significância dos testes Qui-quadrado (p valor) |
|--|-----|--|---------|---|
| | | Não (%) | Sim (%) | |
| Falta de capital de giro | Não | 80,3 | 19,7 | 0,077 |
| | Sim | 78,2 | 21,8 | |
| Dificuldade ou custo elevado de transporte | Não | 79,5 | 20,5 | 0,398 |
| | Sim | 79,1 | 29,9 | |
| Precariedade das estradas para escoamento da produção | Não | 78,7 | 21,3 | 0,183 |
| | Sim | 80,1 | 19,9 | |
| A concorrência, os atravessadores, a existência de monopólios | Não | 76,5 | 23,5 | 0,000* |
| | Sim | 83,4 | 16,6 | |
| Estrutura para comercialização (local, espaço, equipamentos etc.) inadequada | Não | 78,1 | 21,9 | 0,020* |
| | Sim | 81,2 | 18,8 | |
| Os preços praticados são inadequados | Não | 77,7 | 22,3 | 0,000* |
| | Sim | 82,8 | 17,2 | |
| Dificuldade em manter a regularidade do fornecimento | Não | 79,9 | 20,1 | 0,086 |
| | Sim | 77,7 | 22,3 | |
| Falta de registro legal para a comercialização (emitir nota fiscal etc.) | Não | 79,6 | 20,4 | 0,228 |
| | Sim | 78,3 | 21,7 | |
| O empreendimento tentou, mas não conseguiu encontrar quantidade suficiente de clientes | Não | 78,4 | 21,6 | 0,011* |
| | Sim | 82,6 | 17,4 | |
| Os clientes exigem um prazo para o pagamento | Não | 79,2 | 20,8 | 0,426 |
| | Sim | 79,7 | 20,3 | |
| Falta de registro sanitário ou alvará | Não | 79,3 | 20,7 | 0,475 |
| | Sim | 79,1 | 20,9 | |
| Não há sócios disponíveis para cuidar da comercialização | Não | 79,4 | 20,6 | 0,358 |
| | Sim | 78,6 | 21,4 | |
| O empreendimento já sofreu muitos calotes e não sabe como evitar | Não | 79,2 | 20,8 | 0,398 |
| | Sim | 79,9 | 20,1 | |
| Os compradores só compram em grande quantidade | Não | 79,2 | 20,8 | 0,318 |
| | Sim | 80,4 | 19,6 | |
| Ninguém do empreendimento sabe como se faz uma venda (argumentação, negociação etc.) | Não | 78,7 | 21,3 | 0,001* |
| | Sim | 87,8 | 12,2 | |
| Outra dificuldade | Não | 85,3 | 14,7 | 0,000* |
| | Sim | 33,3 | 66,7 | |

Fonte: dados da pesquisa.

Na Tabela 16, observa-se que não há diferença entre participar ou não de redes e os destinos da comercialização.

Tabela 16: Destino da comercialização pelos EES Rurais e Participação em Rede

| Comercialização | | Participação do empreendimento em alguma rede de produção, comercialização, consumo ou crédito | | Teste de Qui Quadrado (p valor) |
|---------------------------------------|-----|--|------|---------------------------------|
| | | Não | Sim | |
| Venda direta ao consumidor final | Não | 86,1 | 13,9 | 0,218 |
| | Sim | 85,0 | 15,0 | |
| Venda a revendedores/ atacadistas | Não | 85,3 | 14,7 | 0,465 |
| | Sim | 85,2 | 14,8 | |
| Venda a órgão governamental | Não | 85,3 | 14,7 | 0,414 |
| | Sim | 85,0 | 15,0 | |
| Venda a empresas privadas de produção | Não | 85,3 | 14,7 | 0,297 |
| | Sim | 84,3 | 15,7 | |
| Venda a outros EES | Não | 85,3 | 14,7 | 0,289 |
| | Sim | 84,0 | 16,0 | |
| Troca com outros EES | Não | 85,3 | 14,7 | 0,433 |
| | Sim | 84,3 | 15,7 | |
| Outros | Não | 85,2 | 14,8 | 0,386 |
| | Sim | 86,1 | 13,9 | |

Fonte: dados da pesquisa.

4.5 Situação de trabalho dos (as) sócios (as)

A Tabela 17 descreve o número de homens e mulheres envolvidos na gestão dos EES, caso este participa ou não de rede. Vê-se que este não é o caso. Ou seja, pelo Teste-T não há diferença significativa entre o EES participar ou não de redes e a média de homens ou mulheres que estão envolvidos em sua gestão.

Tabela 17: Número de homens e mulheres na Coordenação e/ou direção do EES e participação em redes

| Gênero | Participa de alguma rede? | Média | Desvio Padrão | Teste t (p valor) |
|----------------|---------------------------|-------|---------------|-------------------|
| Nº de homens | não | 3,26 | 3,380 | 0,173 |
| | sim | 3,38 | 3,619 | |
| Nº de mulheres | não | 5,78 | 4,601 | 0,851 |
| | sim | 5,87 | 4,367 | |

Fonte: dados da pesquisa.

Tabela 18: Número de mulheres e homens na gestão dos EES e dificuldades na comercialização de produtos e/ou serviços

| Gênero | Dificuldade na comercialização de produtos e/ou serviços? | Média | Desvio Padrão | Teste t (p valor) |
|----------------|--|--------------|----------------------|--------------------------|
| Nº de homens | não | 3,25 | 3,715 | 0,387 |
| | sim | 3,31 | 2,938 | |
| Nº de mulheres | não | 5,24 | 4,405 | 0,412 |
| | sim | 5,00 | 4,113 | |

Fonte: dados da pesquisa.

Ademais, não se observa diferença significativa entre a média de participantes masculinos e femininos na gestão dos EES quando estes apresentam ou não dificuldades na comercialização. Ou seja, EES que possuem ou não dificuldades na comercialização não diferem em termos de quantidade de mulheres e homens envolvidos na gestão.

4.6 Gestão dos empreendimentos

Na Tabela 19, observa-se a saúde econômica dos EES rurais em relação ao pagamento de contas e possíveis sobras. Observa-se que mais de 75% dos EES pagam as despesas e metade destes ainda tem sobras no final do ano.

Tabela 19: Resultados da atividade econômica do empreendimento, sem cotar as doações de recursos

| Resultados Atividade Econômica | Frequência | Percentual (%) |
|--|-------------------|-----------------------|
| Pagar as despesas e ter uma sobra/excedente | 3.867 | 39,78 |
| Pagar as despesas e não ter nenhuma sobra | 3.486 | 35,86 |
| Não deu para pagar as despesas | 1.050 | 10,80 |
| Não se aplica (para empreendimentos que não visam esse tipo) | 1.319 | 13,57 |
| Total | 9.722 | 100 |

Fonte: dados da pesquisa.

5 Considerações finais

Este trabalho buscou prioritariamente verificar se os empreendimentos que participam de algum sistema de rede possuem menores dificuldades na comercialização de produtos ou serviços que aqueles que não participam de rede. Inicialmente realizou-se um mapeamento dos EES no Brasil, dos quais 9.722 foram classificados como EES Rurais. Numa perspectiva regional, percebe-se que havia no Rio Grande do Sul 639 estabelecimentos (6,57% do total nacional), localizados em 163 municípios, conforme Anexo A.

Quanto ao primeiro objetivo específico - Identificar se os EES Rurais no Brasil participam de alguma rede de produção, comercialização, consumo ou crédito - constatou-se que a grande maioria não participa de rede. Isto significa que estes empreendimentos preferem trabalhar de forma isolada, o que vai contra os princípios da economia solidária.

Na sequência, buscou-se analisar as principais dificuldades na comercialização dos EES Rurais participantes ou não de redes. Sobre esse aspecto, evidenciou-se que a maioria dos empreendimentos possui dificuldades com a concorrência estabelecida, precariedade das estradas, com os preços praticados, na realização das vendas, na busca de clientes, na estrutura para comercialização, pela falta de capital de giro e para manter a regularidade do fornecimento,

Os resultados confirmam as análises de Mendonça (2011), o qual apontou que os empreendimentos econômicos solidários no Brasil apresentam dificuldades de capital de giro e logística. Também há uma convergência com os apontamentos de Silva (2014), o qual ressalta que dentre as dificuldades existentes, uma das mais importantes está o elevado custo de transporte.

Dentre dezesseis principais dificuldades apontadas no estudo, a presença e/ou ausência de seis delas está associada significativamente à participação ou não

dos EES em rede. Observa-se com esses resultados, portanto, que a participação em rede modifica consideravelmente o modo de comercialização. De acordo com os dados analisados neste estudo apenas 15,3% dos empreendimentos participam de rede. Como vimos (Tabela 15), a participação em rede está associada a menor proporção de empreendimentos com dificuldades de comercialização.

Por fim, buscou-se analisar o destino da comercialização dos produtos dos EES Rurais. Constatou-se que não há associação entre participar ou não de rede e os destinos da comercialização do EES Rural. Em geral, os EES distribuem seus produtos para todos os tipos de canais sem haver uma distinção significativa se participam ou não de redes.

Referências

ALVEZ; FLAVIAO; KLEI; LOBER e PEREIRA. The Solidarity Economy at the heart of the debate: a bibliometric work of Brazilian studies. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, Artigo 1, abr./jun. 2016.

AMORIM. A. N. **Economia Solidária – Princípios e Contradições**. Vitória, 2010.

ATLAS DIGITAL – Economia Solidária. Disponível em:
<<http://sies.ecosol.org.br/atlas>>. Acesso em: 19 dez. 2018.

BOSSLE. M. B. **As Relações Interorganizacionais na rede justa trama como um fator de sucesso na produção e comercialização do algodão agroecológico**. 2014.

BOUROULLEC, M. D. M.; PAULILLO, L. F. **Governanças Híbridas Complementares aos contratos no comércio justo citrícola internacional**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/gp/v17n4/a10v17n4>>. Acesso em: 15 maio 2019.

CARDOSO, B. D. A.; MELLO, G. S.; MARIANI, M. A. P.; BENINI, É. G.; ARAÚJO, G. C. de. Comercialização no Agronegócio. Um estudo sobre assentamentos da reforma agrária no contexto da Economia Solidária. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, Maringá – PR, 2018.

CULTI, M. N. **Economia Solidária no Brasil: Tipologias dos Empreendimentos Econômicos Solidários**. UEM. 2010. (EES-Tipologia-REV2701).

ECOSOL. 2011. **O que é Economia Solidária?** Disponível em:
<<http://www.ecosolbasebrasil.com.br/index.php/economia-solidaria/videos/>>. Acesso em 17 nov. 2016.

FERREIRA. G. M. V.; ENDE, M. V.; ROSSÉS, G. F.; GAMA, L. R. da R. M.; MARÇAL D. R. **Redes Sociais e Economia Solidária: Uma análise das redes de relacionamento dos pequenos Produtores Rurais Participantes do Projeto**

Esperança/Cooperança. Disponível em: Revista em Agronegócios e Meio Ambiente, v.7, n.1, p. 151-171, jan./abr. 2014. Acesso em: 15 maio 2019.

FRANÇA FILHO, G. C. de. **Teoria e prática em economia solidária**: problemática, desafios e vocação. Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 155-74, jan./jun. 2007

FRANÇA FILHO, G. C. de. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, SEI v. 12, n. 1, p. 9-19, jun. 2002.

GAIGER, L. I. A Outra racionalidade da Economia Solidária, Conclusões do Primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 79, dez. 2007. Acesso em: 27 jan. 2019.

GALLI, F.; BRUNORI, G. (eds.). Short Food Supply Chains as drivers of sustainable development. **Evidence Document**. Document developed in the framework of the FP7 project FOODLINKS (GA No. 265287). Laboratorio di studi rurali Sismondi, 2003

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, J. M. **Avaliação das boas práticas adotadas nas cozinhas hospitalares da cidade de Pelotas/RS**. 2012. 95f. Dissertação (Mestrado em Nutrição e Alimentos) - Faculdade de Nutrição, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

HAIR, J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. **Análise Multivariável de dados**. Porto Alegre, 2009.

LEÃO, É. L. de S.; VITAL, T. W. Evolução e Situação Atual da Agricultura de Base Ecológica em Pernambuco. **Revista em Agronegócios e Meio Ambiente**, v. 4, n. 2, p. 186-207, maio/ago. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/rama/article/viewFile/1824/1238>>. Acesso em: 21 maio 2019.

LECHAT, N. M. P. **As Raízes Históricas Da Economia Solidária e seu Aparecimento no Brasil**. Palestra proferida na UNICAMP por ocasião do II Seminário de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares. 2002. Disponível em: <<http://www.franciscoqueiroz.com.br/portal/phocadownload/economia/economia%20solidaria.pdf#page=4>>. Acesso em: 21 maio 2019.

MANÇE, E. A. **A Revolução das Redes de Colaboração Solidária**. Sevilha, 2005.

MELO, A. P.a G. de. **Agricultura familiar e economia solidária**: as experiências em gestão de bens comuns e inserção nos mercados por organizações rurais do estado de Minas Gerais. 2005.

MENDONÇA, H. 2011. Disponível em: <repositorio.ipea.gov.br>. Acesso em: 27 jan. 2019.

PEREIRA, L. B. **Economia Brasileira – Uma Introdução Crítica**. 6. ed. São Paulo, 1986.

SANTOS, L. M. L. dos; VIEIRA, S. F. A.; BORINELLI, B. Economia Solidária e Estratégia: entre Princípios e Pragmatismo. **Revista Ibero Americana de Estratégia**, v. 12, n. 4, p. 261-78, oct./dic. 2013,.

SCHNEIDER, S.; FERRARI, D. L. **Cadeias Curtas, Cooperação e Produtos de Qualidade na Agricultura Familiar – O Processo de Relocalização da Produção Agroalimentar em Santa Catarina**. UFRGS, 2013.

SILVA, S. P. **A Economia Solidária na estratégia de erradicação da pobreza extrema no Brasil: uma contribuição para o debate**. 2011. Disponível em: <repositorio.ipea.gov.br>. Acesso em: 27 jan. 2019.

SILVA, S. P. **Análise das dimensões sócio estruturais dos empreendimentos de economia solidária no Brasil**, Texto para Discussão, n. 2271, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília. 2017.

SILVA, S. P. Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: Apontamentos iniciais para o Debate. **Revista Mercado de Trabalho – IPEA**, p. 57, ago. 2014.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo - SP: Fundação Perseu Abramo, 2002.

TAUILE, J. R. **Do Socialismo de Mercado à Economia Solidária**. UFRJ, jun. 2001.

Anexos

Anexo A – Lista de Municípios no Brasil

| UF | Municípios do Brasil | Frequência | Percentual |
|-----------|------------------------|------------|--------------|
| RS | Aceguá | 2 | 0,90 |
| RS | Agudo | 3 | 2,30 |
| RS | Alecrim | 3 | 2,70 |
| RS | Alegrete | 2 | 2,70 |
| RS | Amaral Ferrador | 1 | 3,60 |
| RS | Antônio Prado | 3 | 4,90 |
| RS | Arambaré | 1 | 6,30 |
| RS | Arroio do Meio | 1 | 7,40 |
| RS | Arroio do Padre | 4 | 7,50 |
| RS | Arroio dos Ratos | 1 | 7,50 |
| RS | Arroio Grande | 5 | 7,50 |
| RS | Bagé | 2 | 8,40 |
| RS | Balneário Pinhal | 1 | 9,00 |
| RS | Barão do Triunfo | 1 | 9,30 |
| RS | Barra do Ribeiro | 2 | 10,30 |
| RS | Barra Funda | 3 | 10,40 |
| RS | Boa Vista do Cadeado | 3 | 12,40 |
| RS | Boa Vista do Incra | 1 | 12,40 |
| RS | Bom Jesus | 6 | 12,70 |
| RS | Bom Princípio | 2 | 12,90 |
| RS | Bossoroca | 2 | 13,10 |
| RS | Cachoeira do Sul | 1 | 15,40 |
| RS | Cachoeirinha | 5 | 15,50 |
| RS | Cacique Doble | 1 | 15,60 |
| RS | Caibaté | 5 | 16,30 |
| RS | Camaquã | 2 | 17,00 |
| RS | Campina das Missões | 5 | 17,60 |
| RS | Cândido Godói | 13 | 18,90 |
| RS | Candiota | 3 | 19,00 |
| RS | Canguçu | 12 | 19,10 |
| RS | Canoas | 1 | 19,30 |
| RS | Capão do Cipó | 1 | 19,90 |
| RS | Catuípe | 2 | 23,40 |
| RS | Caxias do Sul | 10 | 24,00 |
| RS | Cerrito | 1 | 24,70 |
| RS | Cerro Largo | 10 | 25,10 |
| RS | Chapada | 2 | 25,30 |
| RS | Chiapetta | 3 | 25,70 |
| RS | Chuí | 1 | 26,10 |
| RS | Ciríaco | 2 | 26,20 |

(continuação)

| UF | Municípios do Brasil | Frequência | Percentual |
|-----------|------------------------|------------|--------------|
| RS | Condor | 2 | 27,50 |
| RS | Constantina | 10 | 27,60 |
| RS | Cristal | 1 | 29,50 |
| RS | Cruz Alta | 1 | 29,70 |
| RS | Cruzeiro do Sul | 22 | 30,10 |
| RS | Derrubadas | 16 | 31,60 |
| RS | Dezesseis de Novembro | 2 | 31,60 |
| RS | Dilermando de Aguiar | 1 | 31,80 |
| RS | Dois Lajeados | 1 | 32,10 |
| RS | Dom Feliciano | 1 | 32,10 |
| RS | Dom Pedrito | 1 | 32,10 |
| RS | Dom Pedro de Alcântara | 2 | 32,20 |
| RS | Encantado | 2 | 33,00 |
| RS | Entre-Ijuís | 2 | 33,20 |
| RS | Erval Seco | 3 | 33,60 |
| RS | Eugênio de Castro | 2 | 34,30 |
| RS | Farroupilha | 1 | 34,50 |
| RS | Faxinal do Soturno | 1 | 34,50 |
| RS | Flores da Cunha | 1 | 35,30 |
| RS | Fontoura Xavier | 16 | 35,80 |
| RS | Formigueiro | 1 | 35,90 |
| RS | Fortaleza dos Valos | 3 | 36,20 |
| RS | Frederico Westphalen | 7 | 36,40 |
| RS | Garibaldi | 6 | 37,30 |
| RS | Getúlio Vargas | 1 | 37,60 |
| RS | Giruá | 4 | 37,60 |
| RS | Gravataí | 1 | 38,40 |
| RS | Guaporé | 2 | 38,90 |
| RS | Herval | 3 | 39,50 |
| RS | Horizontina | 3 | 39,70 |
| RS | Hulha Negra | 3 | 39,70 |
| RS | Humaitá | 1 | 39,70 |
| RS | Ijuí | 15 | 41,10 |
| RS | Independência | 17 | 41,70 |
| RS | Ipê | 6 | 42,40 |
| RS | Itatiba do Sul | 1 | 46,70 |
| RS | Jaboticaba | 1 | 47,30 |
| RS | Jacuizinho | 3 | 47,50 |
| RS | Lajedo | 4 | 52,20 |
| RS | Lavras do Sul | 1 | 52,50 |
| RS | Machadinho | 1 | 54,10 |
| RS | Mampituba | 8 | 54,80 |

(continuação)

| UF | Municípios do Brasil | Frequência | Percentual |
|-----------|-----------------------------|-------------------|-------------------|
| RS | Maraú | 2 | 55,60 |
| RS | Marcelino Ramos | 5 | 55,70 |
| RS | Monte Alegre dos Campos | 1 | 59,40 |
| RS | Morro Redondo | 1 | 60,70 |
| RS | Mostardas | 5 | 61,30 |
| RS | Muçum | 1 | 61,30 |
| RS | Nonoai | 2 | 62,60 |
| RS | Nova Araçá | 2 | 62,90 |
| RS | Nova Boa Vista | 4 | 63,00 |
| RS | Nova Palma | 1 | 63,60 |
| RS | Nova Prata | 2 | 63,60 |
| RS | Novo Barreiro | 2 | 64,00 |
| RS | Novo Cabrais | 1 | 64,00 |
| RS | Novo Hamburgo | 2 | 64,00 |
| RS | Palmares do Sul | 1 | 66,60 |
| RS | Panambi | 1 | 67,10 |
| RS | Paraíso do Sul | 1 | 67,50 |
| RS | Passo Fundo | 3 | 68,50 |
| RS | Pedras Altas | 3 | 69,00 |
| RS | Pedro Osório | 1 | 69,50 |
| RS | Pelotas | 2 | 69,60 |
| RS | Picada Café | 1 | 70,40 |
| RS | Pinhal | 1 | 70,90 |
| RS | Pinhal Grande | 1 | 71,00 |
| RS | Pinheiro Machado | 2 | 71,10 |
| RS | Piratini | 13 | 71,60 |
| RS | Planalto | 8 | 72,00 |
| RS | Pontão | 2 | 72,50 |
| RS | Porto Alegre | 2 | 72,80 |
| RS | Porto Lucena | 4 | 73,00 |
| RS | Porto Xavier | 4 | 73,40 |
| RS | Pouso Novo | 1 | 73,60 |
| RS | Quinze de Novembro | 14 | 74,70 |
| RS | Restinga Seca | 6 | 75,80 |
| RS | Rio Grande | 4 | 77,20 |
| RS | Rodeio Bonito | 2 | 77,70 |
| RS | Rolador | 1 | 77,90 |
| RS | Salto do Jacuí | 1 | 79,30 |
| RS | Salvador das Missões | 4 | 79,40 |
| RS | Sananduva | 1 | 79,40 |
| RS | Santa Cruz | 14 | 79,80 |
| RS | Santa Maria | 19 | 81,00 |

(continuação)

| UF | Municípios do Brasil | Frequência | Percentual |
|-----------|-----------------------------|-------------------|-------------------|
| RS | Santa Rosa | 3 | 81,60 |
| RS | Santa Teresa | 2 | 81,70 |
| RS | Santa Vitória do Palmar | 6 | 81,80 |
| RS | Santo Antônio | 3 | 82,70 |
| RS | Santo Antônio do Palma | 2 | 82,70 |
| RS | Santo Augusto | 2 | 82,80 |
| RS | Santo Cristo | 3 | 82,90 |
| RS | São Borja | 3 | 83,30 |
| RS | São Domingos do Sul | 4 | 83,50 |
| RS | São Gabriel | 16 | 84,10 |
| RS | São José do Norte | 11 | 85,80 |
| RS | São Miguel das Missões | 7 | 86,80 |
| RS | São Pedro do Butiá | 2 | 87,40 |
| RS | São Pedro do Sul | 5 | 87,40 |
| RS | São Vicente do Sul | 3 | 87,90 |
| RS | Sertão Santana | 2 | 90,00 |
| RS | Sobradinho | 19 | 90,80 |
| RS | Soledade | 13 | 91,20 |
| RS | Tapera | 1 | 92,00 |
| RS | Tapes | 1 | 92,00 |
| RS | Taquaruçu do Sul | 4 | 92,20 |
| RS | Tavares | 11 | 93,50 |
| RS | Tenente Portela | 14 | 94,00 |
| RS | Teutônia | 2 | 94,30 |
| RS | Tramandaí | 1 | 95,10 |
| RS | Três Arroios | 1 | 95,10 |
| RS | Três Cachoeiras | 5 | 95,10 |
| RS | Três de Maio | 1 | 95,10 |
| RS | Três Passos | 4 | 95,20 |
| RS | Triunfo | 5 | 95,30 |
| RS | Tucunduva | 2 | 95,40 |
| RS | Tupanciretã | 5 | 95,60 |
| RS | Tuparendi | 4 | 95,60 |
| RS | Vera Cruz | 3 | 98,40 |
| RS | Veranópolis | 3 | 98,50 |
| RS | Vila Maria | 3 | 98,90 |
| RS | Vista Alegre | 2 | 99,20 |
| RS | Vista Alegre do Prata | 1 | 99,20 |
| RS | Vitória das Missões | 3 | 99,30 |
| UF | Municípios do Brasil | Frequência | Percentual |
| RS | Aceguá | 2 | 0,90 |
| RS | Agudo | 3 | 2,30 |

(continuação)

| UF | Municípios do Brasil | Frequência | Percentual |
|-----------|-----------------------------|-------------------|-------------------|
| RS | Alecrim | 3 | 2,70 |
| RS | Alegrete | 2 | 2,70 |
| RS | Amaral Ferrador | 1 | 3,60 |
| RS | Antônio Prado | 3 | 4,90 |
| RS | Arambaré | 1 | 6,30 |
| RS | Arroio do Meio | 1 | 7,40 |
| RS | Arroio do Padre | 4 | 7,50 |
| RS | Arroio dos Ratos | 1 | 7,50 |
| RS | Arroio Grande | 5 | 7,50 |
| RS | Bagé | 2 | 8,40 |
| RS | Balneário Pinhal | 1 | 9,00 |
| RS | Barão do Triunfo | 1 | 9,30 |
| RS | Barra do Ribeiro | 2 | 10,30 |
| RS | Barra Funda | 3 | 10,40 |
| RS | Boa Vista do Cadeado | 3 | 12,40 |
| RS | Boa Vista do Incra | 1 | 12,40 |
| RS | Bom Jesus | 6 | 12,70 |
| RS | Bom Princípio | 2 | 12,90 |
| RS | Bossoroca | 2 | 13,10 |
| RS | Cachoeira do Sul | 1 | 15,40 |
| RS | Cachoeirinha | 5 | 15,50 |
| RS | Cacique Doble | 1 | 15,60 |
| RS | Caibaté | 5 | 16,30 |
| RS | Camaquã | 2 | 17,00 |
| RS | Campina das Missões | 5 | 17,60 |
| RS | Cândido Godói | 13 | 18,90 |
| RS | Candiota | 3 | 19,00 |
| RS | Canguçu | 12 | 19,10 |
| RS | Canoas | 1 | 19,30 |
| RS | Capão do Cipó | 1 | 19,90 |
| RS | Catuípe | 2 | 23,40 |
| RS | Caxias do Sul | 10 | 24,00 |
| RS | Cerrito | 1 | 24,70 |
| RS | Cerro Largo | 10 | 25,10 |
| RS | Chapada | 2 | 25,30 |
| RS | Chiapetta | 3 | 25,70 |
| RS | Chuí | 1 | 26,10 |
| RS | Ciríaco | 2 | 26,20 |
| RS | Condor | 2 | 27,50 |
| RS | Constantina | 10 | 27,60 |
| RS | Cristal | 1 | 29,50 |
| RS | Cruz Alta | 1 | 29,70 |

(continuação)

| UF | Municípios do Brasil | Frequência | Percentual |
|-----------|-----------------------------|-------------------|-------------------|
| RS | Cruzeiro do Sul | 22 | 30,10 |
| RS | Derrubadas | 16 | 31,60 |
| RS | Dezesseis de Novembro | 2 | 31,60 |
| RS | Dilermando de Aguiar | 1 | 31,80 |
| RS | Dois Lajeados | 1 | 32,10 |
| RS | Dom Feliciano | 1 | 32,10 |
| RS | Dom Pedrito | 1 | 32,10 |
| RS | Dom Pedro de Alcântara | 2 | 32,20 |
| RS | Encantado | 2 | 33,00 |
| RS | Entre-Ijuís | 2 | 33,20 |
| RS | Erval Seco | 3 | 33,60 |
| RS | Eugênio de Castro | 2 | 34,30 |
| RS | Farroupilha | 1 | 34,50 |
| RS | Faxinal do Soturno | 1 | 34,50 |
| RS | Flores da Cunha | 1 | 35,30 |
| RS | Fontoura Xavier | 16 | 35,80 |
| RS | Formigueiro | 1 | 35,90 |
| RS | Fortaleza dos Valos | 3 | 36,20 |
| RS | Frederico Westphalen | 7 | 36,40 |
| RS | Garibaldi | 6 | 37,30 |
| RS | Getúlio Vargas | 1 | 37,60 |
| RS | Giruá | 4 | 37,60 |
| RS | Gravataí | 1 | 38,40 |
| RS | Guaporé | 2 | 38,90 |
| RS | Herval | 3 | 39,50 |
| RS | Horizontina | 3 | 39,70 |
| RS | Hulha Negra | 3 | 39,70 |
| RS | Humaitá | 1 | 39,70 |
| RS | Ijuí | 15 | 41,10 |
| RS | Independência | 17 | 41,70 |
| RS | Ipê | 6 | 42,40 |
| RS | Itatiba do Sul | 1 | 46,70 |
| RS | Jaboticaba | 1 | 47,30 |
| RS | Jacuizinho | 3 | 47,50 |
| RS | Lajedo | 4 | 52,20 |
| RS | Lavras do Sul | 1 | 52,50 |
| RS | Machadinho | 1 | 54,10 |
| RS | Mampituba | 8 | 54,80 |
| RS | Maraú | 2 | 55,60 |
| RS | Marcelino Ramos | 5 | 55,70 |
| RS | Monte Alegre dos Campos | 1 | 59,40 |
| RS | Morro Redondo | 1 | 60,70 |

(continuação)

| UF | Municípios do Brasil | Frequência | Percentual |
|-----------|-----------------------------|-------------------|-------------------|
| RS | Mostardas | 5 | 61,30 |
| RS | Muçum | 1 | 61,30 |
| RS | Nonoai | 2 | 62,60 |
| RS | Nova Araçá | 2 | 62,90 |
| RS | Nova Boa Vista | 4 | 63,00 |
| RS | Nova Palma | 1 | 63,60 |
| RS | Nova Prata | 2 | 63,60 |
| RS | Novo Barreiro | 2 | 64,00 |
| RS | Novo Cabrais | 1 | 64,00 |
| RS | Novo Hamburgo | 2 | 64,00 |
| RS | Palmares do Sul | 1 | 66,60 |
| RS | Panambi | 1 | 67,10 |
| RS | Paraíso do Sul | 1 | 67,50 |
| RS | Passo Fundo | 3 | 68,50 |
| RS | Pedras Altas | 3 | 69,00 |
| RS | Pedro Osório | 1 | 69,50 |
| RS | Pelotas | 2 | 69,60 |
| RS | Picada Café | 1 | 70,40 |
| RS | Pinhal | 1 | 70,90 |
| RS | Pinhal Grande | 1 | 71,00 |
| RS | Pinheiro Machado | 2 | 71,10 |
| RS | Piratini | 13 | 71,60 |
| RS | Planalto | 8 | 72,00 |
| RS | Pontão | 2 | 72,50 |
| RS | Porto Alegre | 2 | 72,80 |
| RS | Porto Lucena | 4 | 73,00 |
| RS | Porto Xavier | 4 | 73,40 |
| RS | Pouso Novo | 1 | 73,60 |
| RS | Quinze de Novembro | 14 | 74,70 |
| RS | Restinga Seca | 6 | 75,80 |
| RS | Rio Grande | 4 | 77,20 |
| RS | Rodeio Bonito | 2 | 77,70 |
| RS | Rolador | 1 | 77,90 |
| RS | Salto do Jacuí | 1 | 79,30 |
| RS | Salvador das Missões | 4 | 79,40 |
| RS | Sananduva | 1 | 79,40 |
| RS | Santa Cruz | 14 | 79,80 |
| RS | Santa Maria | 19 | 81,00 |
| RS | Santa Rosa | 3 | 81,60 |
| RS | Santa Teresa | 2 | 81,70 |
| RS | Santa Vitória do Palmar | 6 | 81,80 |
| RS | Santo Antônio | 3 | 82,70 |

(conclusão)

| UF | Municípios do Brasil | Frequência | Percentual |
|-----------|-----------------------------|-------------------|-------------------|
| RS | Santo Antônio do Palma | 2 | 82,70 |
| RS | Santo Augusto | 2 | 82,80 |
| RS | Santo Cristo | 3 | 82,90 |
| RS | São Borja | 3 | 83,30 |
| RS | São Domingos do Sul | 4 | 83,50 |
| RS | São Gabriel | 16 | 84,10 |
| RS | São José do Norte | 11 | 85,80 |
| RS | São Miguel das Missões | 7 | 86,80 |
| RS | São Pedro do Butiá | 2 | 87,40 |
| RS | São Pedro do Sul | 5 | 87,40 |
| RS | São Vicente do Sul | 3 | 87,90 |
| RS | Sertão Santana | 2 | 90,00 |
| RS | Sobradinho | 19 | 90,80 |
| RS | Soledade | 13 | 91,20 |
| RS | Tapera | 1 | 92,00 |
| RS | Tapes | 1 | 92,00 |
| RS | Taquaruçu do Sul | 4 | 92,20 |
| RS | Tavares | 11 | 93,50 |
| RS | Tenente Portela | 14 | 94,00 |
| RS | Teutônia | 2 | 94,30 |
| RS | Tramandaí | 1 | 95,10 |
| RS | Três Arroios | 1 | 95,10 |
| RS | Três Cachoeiras | 5 | 95,10 |
| RS | Três de Maio | 1 | 95,10 |
| RS | Três Passos | 4 | 95,20 |
| RS | Triunfo | 5 | 95,30 |
| RS | Tucunduva | 2 | 95,40 |
| RS | Tupanciretã | 5 | 95,60 |
| RS | Tuparendi | 4 | 95,60 |
| RS | Vera Cruz | 3 | 98,40 |
| RS | Veranópolis | 3 | 98,50 |
| RS | Vila Maria | 3 | 98,90 |
| RS | Vista Alegre | 2 | 99,20 |
| RS | Vista Alegre do Prata | 1 | 99,20 |
| RS | Vitória das Missões | 3 | 99,30 |